



Empowered lives.
Resilient nations.

Apoio à transição de empresas informais para o crescimento sustentável e formalização em Moçambique

– Documento do Projecto –

Contraparte nacional: Ministério da Indústria e Comércio (MIC)

Parceiros de Implementação: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Data de Início: 1 de janeiro de 2023

Data de fim: 31 dezembro, 2026

Breve Descrição do Projecto

Tal como em outras economias do grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a economia informal é uma característica dominante em Moçambique, representando uma parte significativa da actividade económica e do emprego. As estimativas mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022) apontam para 13,5 milhões de trabalhadores na economia informal, representando 83,4% da força de trabalho moçambicana, enquanto a sua contribuição para o PIB foi estimada em cerca de 25% a 40%. Apesar de proporcionar oportunidades de emprego e de rendimento para muitos, o emprego na economia informal está geralmente associado à baixa produtividade, ao baixo rendimento e aos elevados níveis de pobreza em Moçambique. A economia informal está também associada a outras características negativas, como a exclusão social, a falta de acesso aos serviços, incluindo serviços financeiros, capacidade limitada de exercer direitos e baixa visibilidade. As pessoas que trabalham na economia informal são muitas vezes vulneráveis com um índice de pobreza elevado e baixo acesso aos serviços básicos essenciais, à fome e à doença se perderem o seu sustento, devido à falta de proteção social, seguros de saúde, pensões e mecanismos de apoio. Além disso, caracteriza-se pela ausência de instrumentos adequados de gestão dos riscos o que torna as empresas informais particularmente vulneráveis a recessões socioeconómicas. A baixa produtividade das empresas informais e, de um modo mais geral, dos operadores informais, é uma característica estrutural em Moçambique, a semelhança de outros países de baixo e médio rendimento, incluindo os Estados ACP. A falta de um ambiente de negócios caracterizado essencialmente pela (falta de acesso a serviços públicos, serviços empresariais, formação, infraestruturas de mercados e finanças), bem como a gestão empresarial subdesenvolvida e as competências financeiras prejudicam a produtividade das PME, limitando a sua capacidade de atrair capital. Um obstáculo crucial que as empresas informais enfrentam no acesso ao capital é a insuficiência dos serviços financeiros oferecidos pelos actores e sistemas do sector financeiro estabelecidos no mercado.

É neste contexto que o presente projecto procura contribuir para a transição para a formalização de empresas informais em Moçambique, bem como para o crescimento sustentável das empresas e para o desenvolvimento socioeconómico, com enfoque no sector da comercialização agrícola. Este foco sectorial é justificado na importância deste sector no contexto moçambicano, dado o seu potencial transformador, tanto a nível dos agregados familiares como empresarial, em contribuir para um desenvolvimento agrícola alargado, bem como para uma maior integração económica e de mercado no país, elevando os padrões de vida e abordando as preocupações

alimentares, entre outros, como reconhecido no Plano Quinquenal do Governo para 2020-2024 e outros documentos e estudos políticos relevantes, por um lado.

E por outro, pelo facto de representar um papel importante na vida da população rural e periurbana, em virtude de constituir a principal fonte de geração de renda e, por se apresentar como instrumento que motiva o aumento da produção, produtividade e competitividade da cadeia de valor agrária, e igualmente um factor de ligação entre o camponês e o mercado em termos de relacionamento económico e social entre as zonas rurais, periurbanas e urbanas;

O projecto, integrado num programa multi-país que beneficia outros países ACP, tem uma abordagem de ecossistema, com intervenções operacionalizadas tanto a nível sectorial como nacional. O projecto centra-se em quatro áreas principais de implementação: **(1)** a promoção de um quadro de políticas públicas integrado para a formalização de empresas informais em Moçambique; **(2)** o desenvolvimento e a promoção de novos serviços financeiros e o alargamento das oportunidades de capitalização para os intermediários financeiros; **(3)** o reforço das capacidades dos intermediários do sector informal, dos agregadores e do governo e a promoção da utilização das tecnologias do financiamento digital; e **(4)** a criação e operacionalização de uma plataforma de ação coletiva do sector da comercialização agrícola. O Projecto acelerará a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo que ninguém fique para trás no sector privado e ao nível das famílias.

Resultados contribuindo (UNSDCF/PNUD CPD): UNSDCF para Moçambique 2022 - 2026: Resultados 2: Até 2026, mais pessoas, especialmente mulheres e jovens, contribuam para o crescimento económico mais diversificado, inclusivo e sustentável, baseado no aumento da produção, produtividade e maiores cadeias de valor. Produção indicativa com marcador de género²: Marcador de género do projecto: GEN 2	Total dos recursos necessários:	USD 2.304.375	
	Total de recursos atribuídos (USD):	TRAC DO PNUD:	80,000
		Dador (EU/OACPS):	2,256,960

ÍNDICE

I. Contexto do projecto	4
II. Objetivos, Estratégia, Resultados e principais áreas de trabalho	8
III. Descrição do projecto - Descrição das ações	12
IV. Resultados e Parcerias	18
V. Governação e Gestão do Projecto.....	23
VI. Quadro de Resultados.....	25
VII. Monitorização e Avaliação.....	29
VIII. Plano de Trabalho Pluário	31
IX. Gestão de Riscos	35

I. CONTEXTO DO PROJECTO

INFORMALIDADE EM PERSPETIVA

O termo "economia informal" engloba uma gama diversificada de situações e é um fenómeno heterogéneo. A economia informal manifesta-se numa grande variedade de formas através e dentro das economias. Inclui o emprego informal, bem como as famílias que produzem exclusivamente para o seu autoconsumo (principalmente agricultura de subsistência). A maioria das pessoas entra na economia informal não por opção, mas por falta de oportunidades na economia formal. A incapacidade do sector privado de gerar empregos formais e decentes suficientes, lacunas de competências na mão-de-obra, bem como a falta de "redes pessoais" levam muitos indivíduos (jovens licenciados, jovens não graduados e mulheres) a procurar oportunidades de trabalho na economia informal.¹

A literatura indica que os contextos nos quais opera o sector informal não são propícios a um crescimento de qualidade e à criação de emprego. A baixa produtividade dos operadores informais (quer das MPME, quer dos trabalhadores e empresários por conta própria) é uma característica estrutural nos países de baixo e médio rendimento. As MPME são um veículo importante para facilitar a inclusão no mercado de trabalho, mas os seus baixos níveis de produtividade, as suas capacidades limitadas, sob a forma de insuficiência de competências de gestão empresarial, literacia financeira e literacia digital, juntamente com a falta de um ambiente de negócios favorável em que a maioria das empresas informais operam no desenvolvimento países (falta de acesso a serviços públicos, serviços empresariais, formação, mercados, infraestruturas e finanças), prejudicam a sua capacidade de melhorar a produtividade e atuam como um grande obstáculo ao crescimento destas empresas.

Um obstáculo crucial que as empresas informais enfrentam no acesso ao capital é **a insuficiência dos serviços financeiros oferecidos** por actores formais do sector financeiro. O acesso ao financiamento é ainda mais limitado para as empresas informais rurais, bem como para as mulheres e jovens devido às barreiras geográficas, ao aumento da perceção do risco por parte dos prestadores de serviços financeiros formais, à falta de garantias, à falta de mecanismos financeiros adaptados às necessidades dos grupos da população, aos rendimentos voláteis e pequenos, ao analfabetismo e às normas sociais. As MPME que operam informalmente são particularmente suscetíveis de enfrentar restrições de crédito e dependem fortemente de fontes de financiamento informais dispendiosas devido a dificuldades de acesso a serviços formais (processos complicados, falta de produtos financeiros e serviços adaptados a empresas informais). Do lado da oferta, os intermediários financeiros nos países em desenvolvimento, incluindo bancos e instituições de microfinanças, têm muitas vezes dificuldade em entrar e operar no mercado MPME. Os desafios típicos incluem ter um alto nível de negócio informal, a falta de dados fiáveis, e a falta de cobertura colateral para cobrir os riscos percebidos. A este respeito, o International Finance Corporation (IFC) estima que, nos países em desenvolvimento, o gap de investimento – a procura potencial de financiamento não atendida para financiamento de empresas informais – ²pode atingir os 2,9 biliões de dólares por ano, o que equivale a 10% do seu PIB.³

Tendo em conta os múltiplos constrangimentos com que os operadores informais se defrontam, a **formalização progressiva só pode ser efetivamente alcançada numa abordagem holística**. Com efeito, as restrições ao ambiente empresarial pesam fortemente para impedir a formalização das empresas informais. Nesta perspetiva, é crucial que a agenda regulamentar seja alargada e simplificada, a fim de criar um ambiente favorável ao sector privado e, em especial, às empresas informais. No entanto, a formalização requer uma abordagem holística que inclua não só medidas que visam melhorar o ambiente de negócios, mas também ações em áreas como a laboral, fiscal e de segurança social. A evidencia existente mostra também que a baixa produtividade pode ser um grande obstáculo à formalização e que a redução das travas regulamentares por si só não resulta

¹ OIT, 2020, Promoção do Emprego Digno para a Juventude Africana como Estratégia de Construção da Paz

² ITC, 2019, Big Money for Small Business: Financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

³ IFC, 2017, MSME Finance Gap: Avaliação das deficiências e oportunidades no financiamento de PME em mercados emergentes

necessariamente numa diminuição da informalidade.⁴⁵⁶ Por conseguinte, as ações destinadas a melhorar a produtividade das empresas informais, através do reforço das competências e das capacidades empresariais, são também fundamentais para promover a formalização.

Embora a formalização, por si só, não promova o crescimento das empresas nem o aumento dos rendimentos a curto prazo, a médio e longo prazo, o crescimento, sustentado por ganhos de produtividade, pode contribuir para a formalização, e vice-versa: a formalização pode proporcionar empregos de maior qualidade, mais bem pagos, aumentar a confiança dos investidores, alargar a base fiscal, reduzir a dependência da economia de caixa e fornecer mais recursos para a intermediação pelo sector financeiro formal. Pode melhorar o acesso a serviços empresariais, mercados formais e recursos produtivos, como o capital e a terra, e eventualmente aumentar o bem-estar dos grupos marginalizados, melhorando a sua inclusão no mercado. É um processo gradual, uma vez que nem todos os empresários e empresas informais estão prontos e dispostos a formalizar.⁷⁸

A criação de um ambiente de negócios facilitante exige uma melhor compreensão das necessidades das empresas informais. Na maioria dos países de baixos rendimentos, os dados sobre a economia informal e as empresas informais são mínimos. Na ausência de dados fiáveis, é particularmente desafiante dar resposta às necessidades deste grupo heterogéneo de operadores económicos informais.

As empresas informais também são difíceis de alcançar porque raramente têm adesão a organizações, como sindicatos, associações do sector privado ou câmaras de comércio. No entanto, a investigação mostra que as empresas informais organizam-se no terreno na maioria dos sectores económicos em diversas formas e manifestações. Neste contexto, **chegar a empresas informais através de intermediários, ou "agregadores"**, pode revelar-se uma forma eficaz de prestar apoio à sua formalidade. Agregadores que tipicamente trabalham com operadores informais incluem cooperativas, associações de produtores, bem como outras entidades sem fins lucrativos que prestam serviços a empresas do sector informal. Também **"intermediários financeiros"** incluindo, bancos, instituições de microfinanças e outras empresas FinTech, que podem desempenhar um papel crucial no acesso a empresas informais e facilitar o seu acesso aos mercados e financiamentos. No entanto, estes intermediários também necessitam frequentemente de um apoio de reforço das capacidades para melhor personalizar os seus serviços para a economia informal e para conduzir a advocacia e apoiar uma maior proteção social.

Aproveitar o potencial das empresas informais e ajudá-las a transitar para a formalização, nomeadamente no contexto do aumento das desigualdades, é uma necessidade para o seu crescimento sustentável e, por conseguinte, contribui para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluindo o seu compromisso de "Não deixar ninguém para trás". A transição para a formalidade contribui para a realização de ODS 8, para promover um crescimento económico sustentável e inclusivo e um emprego pleno e produtivo e um trabalho digno para todos. As famílias dependentes da economia informal caracterizam-se tipicamente por uma elevada incidência de pobreza, desigualdade e défices de trabalho decentes, e o aumento da produtividade e da formalidade contribuirá igualmente para a realização de vários outros ODS e seus objetivos: ODS 1: rendimentos mais elevados do trabalho e cobertura social alargada; ODS 5: formalização sensível ao género e políticas que apoiem o empoderamento económico das mulheres; ODS 10: redução da desigualdade através da inclusão económica e social dos que estão na economia informal.

⁴ OIT, 2020, Transição para Formalidade e Transformação Estrutural: Desafios e Opções Políticas

⁵ Informalidade: Causas, consequências e respostas políticas, Ravi Kanbur, CH Dyson School of Applied Economics and Management, Cornell University

⁶ WB, Avaliação de Impacto de Desenvolvimento, Finanças e Desenvolvimento do Sector Privado

⁷ WB, Avaliação de Impacto de Desenvolvimento, Finanças e Desenvolvimento do Sector Privado

⁸ OCDE, 2019, Combate à Vulnerabilidade na Economia Informal

A ECONOMIA INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

A informalidade é uma característica dominante da economia e da sociedade moçambicana, representando uma parte significativa da actividade económica e do emprego. A economia informal em Moçambique inclui uma grande variedade de actores e actividades. Desde as actividades de subsistência na agricultura, pescas e outros sectores primários, aos operadores informais individuais que trabalham no sector dos serviços, bem como às micro e pequenas empresas informais envolvidas tanto nos serviços como nas actividades de pequena manufactura. Inclui também pessoas com emprego formal que mantêm actividades informais como fonte secundária de emprego ou de rendimento.

As estimativas mais recentes do Inquérito ao Sector Informais INFOR 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022) colocam o número de trabalhadores com mais de 15 anos na economia informal em 13,5 milhões, representando 83,4 por cento da força de trabalho moçambicana. Destes, 47,8 por cento são homens e 52,2 por cento mulheres. Quase metade do sector informal, 47,4 por cento, tem menos de 29 anos, por outro lado os que têm entre 30 e 49 anos representam 34,2% de todos os trabalhadores informais, enquanto 18,4% têm 50 anos ou mais, representando uma mão-de-obra um pouco mais jovem do que para o sector formal em Moçambique, de acordo com o valor do emprego do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2019/20 do INE. Em termos de educação, 25,1 por cento dos trabalhadores informais em Moçambique nunca tinham frequentado a escola, percentagem que aumenta para 32 por cento para as mulheres (ao contrário de 17 por cento para os homens), enquanto 51,3 por cento tiveram algum ensino primário e 21,3 por cento de algum ensino secundário.

A maioria dos trabalhadores informais em Moçambique trabalha dentro do agregado familiar, com esta categoria a representar 42,6% do total de emprego informal. Esta percentagem é maior nas zonas rurais, 47,5 por cento, onde vive a maior parte das famílias de subsistência, mas ainda é considerável nas zonas urbanas: 33,4 por cento. Esta categoria é seguida por a de trabalhadores informais que trabalham por conta própria sem empregados (30,5% do total do emprego informal) seguida da dos trabalhadores por conta própria com empregados (12,5 por cento). É importante salientar que os trabalhadores formais empregados por empresas do sector formal representam 9,8% da força de trabalho informal.

Embora as actividades económicas informais sejam, no seu conjunto, mais predominantes nas zonas rurais, representando 93,5% do emprego total nestas regiões do país, ainda representam uma parte muito considerável do emprego nas zonas urbanas: 70%. Mesmo na capital de Maputo, a economia informal é a principal fonte de emprego, representando 63,7 por cento do emprego na cidade. Por sector, a agricultura emprega a maior parte do emprego informal, 74,8%, a maioria envolvido em actividades agrícolas de subsistência ao longo do país, seguida de actividades comerciais no sector dos serviços, 7,4%, sendo esta quota significativamente maior nas zonas urbanas: 16,5%. O sector dos serviços, no seu conjunto, emprega 20,4% da força de trabalho informal (44,4% nas zonas urbanas), enquanto as actividades de fabrico representavam 1,6% do total do emprego informal.

Embora não exista uma contabilização sistemática da economia informal nas contas nacionais oficiais em Moçambique, a sua contribuição para o PIB foi estimada por vários autores entre 25 e 40 por cento (Medina & Schneider, 2018 e Elgin *et al*, 2021). A grande discrepância que existe entre a o peso muito significativa da economia informal no emprego em Moçambique e a sua modesta contribuição para o PIB, aponta para uma das principais características das actividades económicas informais no país: os seus baixos níveis de produtividade.

O estudo da *Aga et al (2019)*, no *Banco Mundial*, apresenta evidências do fraco desempenho das empresas informais em Moçambique, quando comparado com empresas semelhantes no sector formal. Com base em dados do Inquérito Empresarial de Moçambique de 2018 para Moçambique, que inclui um módulo específico sobre empresas informais, considera que as empresas informais vendem menos, são menos produtivas e são menos lucrativas do que as microempresas formais. Assim, a informalidade para as empresas neste inquérito está associada à venda 25 vezes menos do que as empresas formais e à venda 15 vezes menos do que as empresas formais com menos de 5 trabalhadores. As empresas informais também têm entre 17 e 19 vezes menos lucros do que

as empresas formais. Uma parte significativa destas diferenças pode ser explicada por diferenças nas características que existem entre empresas formais e informais. Mas mesmo depois de controlarem estas diferenças, as empresas informais continuam a ser 2 a 3 vezes menos produtivas do que as microempresas formais.

Apesar destas diferenças nos níveis de desempenho, poucas empresas informais transitam para o sector formal, com muito poucas delas alguma vez consideraram esta transição. Principalmente porque estas empresas não vêm qualquer benefício na formalização, com 33,5 por cento das empresas inquiridas a citarem esta como a principal razão para não o fazerem, embora outros factores como o tempo, as taxas e a papelada envolvidas na formalização (26,1 por cento) ou a falta de informação (18,6 por cento) também foram importantes. É importante notar, a este respeito, que todo o processo de registo de uma empresa requer, em média, 35,2 dias e 10,9 procedimentos em Moçambique, com um custo equivalente a 111 por cento do rendimento *per capita*.

O trabalho da Aga *et al* (2019) também fornece evidências de outros "desafios do ecossistema" que as empresas informais enfrentam em Moçambique. Consideram que as empresas informais em Moçambique têm menos probabilidades de ter acesso a financiamento e banca, com a quota de empresas informais a ter um empréstimo de um banco de apenas 0,45% e a proporção das que têm acesso a empréstimos de fornecedores, clientes, familiares ou amigos em 9,7%, com estas ações a subirem para 3% e 14,7% para microempresas formais semelhantes. Além do acesso ao financiamento, o estudo conclui ainda que as empresas informais adotam menos boas práticas comerciais em áreas como comercialização, gestão de stocks, manutenção de registos e planeamento financeiro, e têm menos competências à sua disposição.

O SECTOR DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

O sector da comercialização agrícola é um sector chave em Moçambique, ligando os produtores agrícolas a mercados e consumidores em todo o país e no estrangeiro, em países da região, Ásia, Europa e América,. Com 73,6 por cento da mão-de-obra moçambicana empregada na agricultura e 88,6 por cento a viver em zonas rurais, muitas delas envolvidas em actividades agrícolas de subsistência e a viver abaixo do limiar da pobreza, o sector da comercialização agrícola tem um enorme potencial transformacional em Moçambique, que pode ajudar a elevar os padrões de vida da população rural e garantir a segurança alimentar em todo o país, contribuindo para as exportações e transformação estrutural da economia. Para a campanha 2022/23, o sector de comercialização agrícola moçambicano deverá gerir um total de mais de 17 milhões de toneladas de produtos agrícolas: 21 por cento de cereais, 45 por cento de raízes e tubérculos, 13 por cento de produtos hortícolas, 11 por cento de leguminosas, e 4% de leguminosas e outras culturas.

A importância do sector de comercialização agrícola para o desenvolvimento em Moçambique é reconhecida, entre outros, no Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 (PQG). Assim, ao delinear as opções estratégicas dos países para o mandato em curso, o PQG sublinha que para o sector agrícola será necessário:

"Investir na sua transformação e modernização, especialmente na forma como a produção e comercialização é organizada, envolvendo o sector privado e garantindo uma maior integração do sector familiar nos mercados nacional e internacional, seleccionando culturas estratégicas (cereais e legumes) para consumo interno e exportação, de forma a acelerar o rendimento das famílias, criar mais emprego e autossuficiência alimentar e nutricional." (Ponto 14, PQG).

Não existem estatísticas específicas sobre a magnitude da economia informal e as actividades informais no sector da comercialização agrícola moçambicano. No entanto, tanto o peso da informalidade na economia moçambicana como a agricultura no emprego total em Moçambique indicam que as actividades informais são também uma parte importante da realidade do sector da comercialização agrícola moçambicano. Neste sentido, as ações que contribuem para a formalização destas actividades poderiam contribuir muito para ajudar a estruturar melhor este sector e concretizar o seu potencial transformador tanto para as famílias moçambicanas como para o seu sector empresarial.

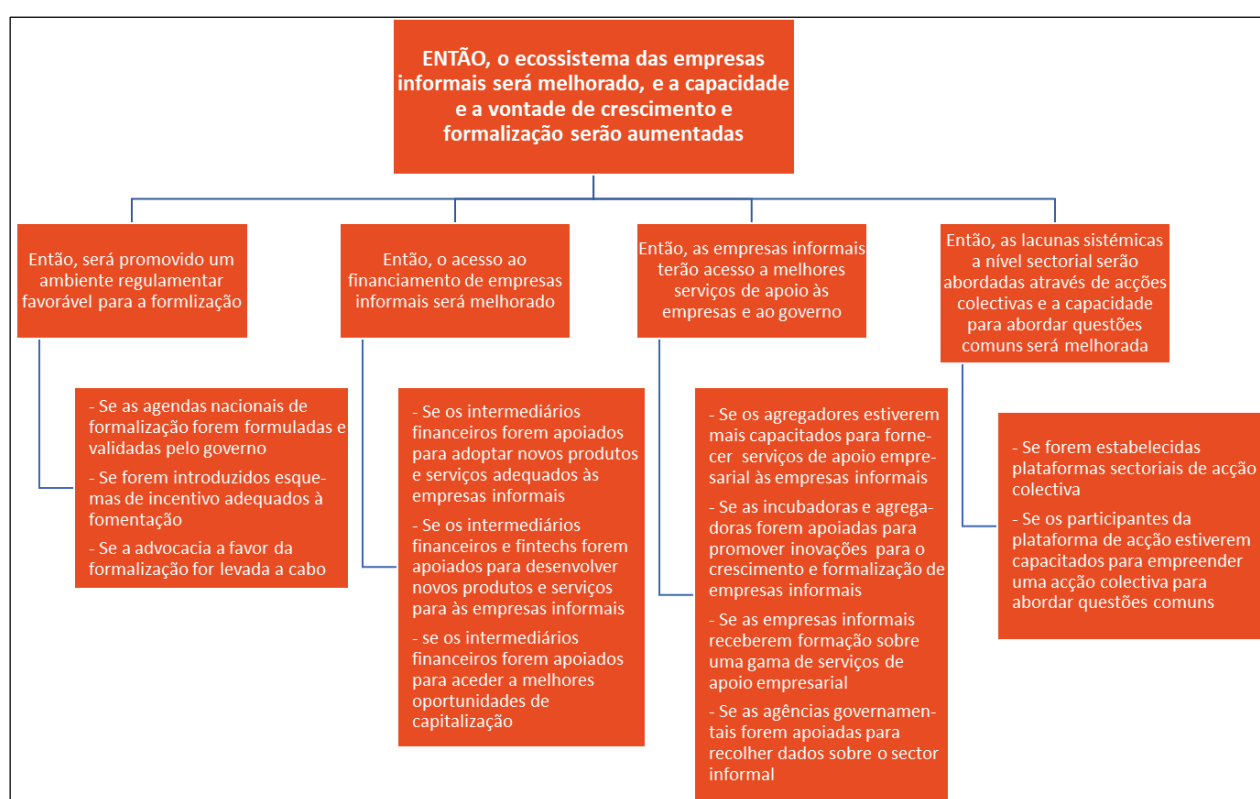
II. OBJETIVOS, ESTRATÉGIA, RESULTADOS E PRINCIPAIS ÁREAS DE TRABALHO

OBJETIVOS DO PROJECTO E TEORIA DA MUDANÇA

O resultado esperado do projecto é **o de apoiar e criar as condições para as empresas informais em Moçambique transitar para a formalização e atingir um crescimento e sustentáveis.**

O principal objetivo do projecto é facilitar o crescimento e a formalização das empresas informais através da:

- ✓ Criação de um ambiente regulamentar favorável para as empresas informais.
- ✓ A facilitação ao financiamento.
- ✓ A capacitação dos intermediários de economia informal e a das empresas informais.
- ✓ A promoção da ação coletiva e mutuamente reforçada e da inovação para colmatar lacunas nos sectores seleccionados.



O sucesso do projecto na consecução destes objetivos e resultados assenta-se no entendimento de que o aumento da produtividade e formalização das empresas informais exige um ambiente de negócios melhorado (regulatório e operacional), melhor inclusão financeira, melhor capacidade nas competências empresariais e literacia financeira, assim como a introdução de ferramentas digitais relevantes e uma maior capacidade de utilização destas por parte das empresas informais.

Um ambiente favorável, aliado a competências suficientes, reforçará a resiliência das empresas informais e, eventualmente, os seus rendimentos. A redução das barreiras regulamentares e dos novos incentivos promoverá a formalização e permitirá às empresas informais beneficiarem de serviços e incentivos às empresas públicas. Os serviços financeiros melhorados e bem concebidos para as empresas informais reforçarão a sua inclusão financeira, incluindo a promoção de uma maior utilização da tecnologia. Dotando-lhes os instrumentos necessários para acederem aos mercados (incluindo a informação, a investigação e as plataformas digitais de comércio) permitir-lhes-á obter rendimentos mais elevados numa base mais sustentada e, a médio prazo, criar novas oportunidades de emprego. A resiliência reforçada das empresas informais terá impactos positivos

no desenvolvimento humano, alargando-lhes as oportunidades e melhorando as condições de vida das comunidades em que operam.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA: A ABORDAGEM DO ECOSISTEMA

A natureza diversificada e resiliente da economia informal exige uma **abordagem holística** e flexível que seja capaz **de abordar os factores principais da informalidade** em Moçambique e ajudar as empresas informais **a transitar para a formalidade**. A abordagem do ecossistema, que fornece o quadro estratégico para a implementação do projecto, é particularmente adequada para apoiar os esforços de formalização.

A abordagem de ecossistema oferece um quadro lógico e metodológico que já foi posto em prática com sucesso em outros países para o desenvolvimento do sector privado. Centra-se na criação de um ambiente favorável ao crescimento, reduzindo a carga regulamentar que enfrenta o sector informal, abordando os constrangimentos sistémicos no mercado e envolvendo-se com as empresas informais. **No contexto da economia informal**, a abordagem do ecossistema procura proporcionar ações de reforço mútuo para enfrentar os desafios transversais enfrentados pelas empresas informais, bem como incentivar a colaboração das partes interessadas direcionadas para mobilizar capacidades e recursos para resolver desafios específicos, aproveitando simultaneamente oportunidades inovadoras para o crescimento e o desenvolvimento.

A natureza inovadora da abordagem de ecossistema da economia informal reside nos seguintes aspetos:

- ✓ **Fornece uma abordagem holística e integrada à formalização:** A abordagem de ecossistema visa abordar barreiras ao crescimento e formalização das empresas informais a nível de políticas públicas e operacional e mobilizar os esforços dos diferentes intervenientes, em questões de regulação, acesso ao financiamento e reforço das capacidades.
- ✓ **Promove o desenvolvimento de soluções consultivas, bem como a implementação participativa, alavancando agregadores:** As economias informais não são espaços desgovernados, e manifestam um grau considerável de governação e auto-organização através de estruturas lideradas por empresários locais, líderes religiosos ou tradicionais, assim de associações profissionais, sindicatos de trabalhadores, cooperativas ou grupos de produtores. No entanto, muitas vezes não fazem parte do processo de elaboração de políticas públicas, ou as intervenções são criadas com uma consulta limitada. A abordagem de ecossistema procura envolver ativamente estes grupos e alavancar as suas capacidades e recursos.
- ✓ **Incentiva a digitalização e a inovação:** O uso e digitalização da tecnologia proporcionam um grande potencial para a integração do mercado, o aumento da produtividade, a maior inclusão financeira e o desenvolvimento de competências de empresas informais. Os ecossistemas que oferecem vários serviços para as empresas, desde modalidades de pagamento a kits de ferramentas para gestão de empresas para MSMEs, também estão a emergir em todo o mundo. O comércio eletrónico e as plataformas digitais oferecem oportunidades para novos empregos. Estas oportunidades e a sua potencial adaptação precisam de ser exploradas com o objetivo de contribuir para colmatar as lacunas de competências digitais entre os intervenientes informais. Para além da introdução de ferramentas e serviços digitais existentes, quer para melhorar a eficiência operacional, o acesso ao financiamento ou o acesso aos mercados, é também importante o desenvolvimento de novas ferramentas digitais que sirvam as necessidades dos intervenientes informais.⁹¹⁰¹¹

⁹ Exemplos como UBER, Stripe Atlas, Alipay, Knopka, RBC, Xero, Gusto. McKinsey Company, 2019, como os Bancos podem usar ecossistemas para ganhar no mercado das PME.

¹⁰ ITC-UNCTAD, 2018, E-Commerce baseado em plataformas: O que está em jogo para os MSMEs: um ecossistema de negócios que facilita o envolvimento da MSME no e-commerce.

¹¹ Exemplos como Emprego Ligado, Apna, Workmate, Lynk, SweepSouth, Wesabi e Fundis estão entre muitos que fornecem uma infraestrutura digital que permite que as competências satisfaçam as necessidades. Briter Bridges, digitalizando o Setor Informal através de Mercados Mal Servidos, 2020

- ✓ **Permite a combinação de intervenções que impactam na esfera informal de forma geral com ações direcionadas a nível sectorial:** Com intervenções em áreas de políticas públicas, acesso ao financiamento e reforço das capacidades, a abordagem do ecossistema visa produzir um impacto sistémico na esfera informal no seu conjunto. No entanto, este tipo de intervenções transversais pode ser complementado com acções de natureza mais sectorial, sob a forma, por exemplo, de plataformas de ação coletiva sectorial. Além de prever um mecanismo de consulta, estas plataformas podem ajudar a identificar e resolver as lacunas dos ecossistemas informais a nível sectorial.

TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES DO PROJECTO

Ao pôr em prática a abordagem de ecossistema para apoiar a formalização das empresas informais, o projecto procurará implementar os seguintes tipos de intervenções:

1. **Informação:** Fornecimento de estudos de mapeamento, investigação, avaliação e viabilidade sobre acesso ao mercado, integração da cadeia de valor ou tendências de necessidades nas áreas de intervenção do projecto. Este tipo de informação informa as intervenções ao longo da vida do projecto. Além disso, o projecto procurará capacitar os serviços públicos na recolha de dados sobre o sector informal e promover a investigação académica sobre a estrutura e dinâmica da economia informal.
2. **Incentivos:** Prestação de serviços técnicos de apoio, formação e aconselhamento ao governo para desenvolver incentivos adequados para um ambiente de negócios propício que contribua para a formalização. Serão também concedidos incentivos às empresas inovadoras do sector financeiro e ao espaço digital para que a sua inovação seja comercializada. O foco será nas inovações que produzem benefícios substanciais em termos de produtividade, reforço do acesso ao financiamento e acesso ao mercado, e contribuindo para a formalização de empresas informais.
3. **Investimento:** Facilitar o acesso a recursos de investimento e financiamento. O investimento em empresas informais será uma componente chave do projecto com o objectivo de abordar os constrangimentos que enfrentam no acesso aos serviços financeiros. Além disso, será prestado apoio técnico aos intermediários financeiros e inovadores no sector financeiro e no espaço digital. Este apoio técnico visará igualmente melhorar a capacidade de angariação de capital por parte das empresas apoiadas.
4. **Apoio à Implementação:** Prestação de serviços de assistência técnica e de apoio combinados com financiamento, desenvolvimento de ligações ao mercado local e logística a empresas informais para o crescimento dos seus negócios, e complementada com a facilitação do diálogo entre os principais intervenientes.

RESULTADOS ESPERADOS E ACTIVIDADES-CHAVE

Formuladas em torno destes quatro pilares principais, as intervenções dos projectos serão implementadas nas **seguintes quatro principais áreas de resultados**:

(1) **Promoção de um quadro de políticas públicas integrado para a formalização de empresas informais em Moçambique**

Para alcançar estes resultados, o projecto visará resolver os constrangimentos regulamentares que afectam às empresas informais e que dificultam o desenvolvimento de um ambiente de negócios propício à formalização e crescimento. Isto será feito através do desenvolvimento de um roteiro, ou Agenda Nacional de Formalização, para fazer face a estes desafios regulamentares. O desenvolvimento do roteiro irá ser feito através dum processo consultivo para definir a abordagem e as intervenções de carácter jurídico, regulamentar, administrativo e que contribuam ao crescimento e a formalização das empresas informais. Além disso, será realizado um mapeamento de possíveis incentivos para promover a formalização, pilotando alguns destes. Também serão feitas campanhas de comunicação para sensibilizar sobre estes regimes de incentivos piloto, complementadas com actividades de advocacia para sensibilizar dos benefícios da formalização. Finalmente, serão concedidas bolsas a instituições académicas locais para a realização de investigações sobre o sector informal.

(2) Desenvolvimento e promoção de novos serviços financeiros e expansão das oportunidades de capitalização para os intermediários financeiros.

Serão realizadas intervenções a nível do sector financeiro para aumentar a capacidade dos intermediários financeiros e das empresas FinTech para desenvolverem, adotarem e oferecerem produtos e serviços financeiros adaptados às necessidades do sector informal. Neste contexto, serão alavancadas ferramentas digitais para aumentar a capacidade dos intermediários financeiros de gerir os riscos associados com as operações financeiras com o empresas informais, por forma de expandir o seu alcance e a sua capacidade de operar no sector informal. Além disso, será criado um Fundo Desafio à Inovação para promover activamente o desenvolvimento por parte de empresas Fintech e intermediários financeiros de novos produtos financeiros, com foco na digitalização. Os vencedores do Fundo Desafio à Inovação receberão prémios sob a forma de subvenções financeiras e receberão apoio técnico para desenvolver e trazer para o mercado ou aumentar as suas inovações.

(3) Reforço das capacidades de intermediários do sector informal, agregadores e governo, e promoção da utilização da tecnologia de financiamento digital.

Serão realizadas intervenções de reforço de capacidades para desenvolver as competências de gestão empresarial das empresas informais e a sua literacia financeira e digital com o objetivo de melhorar a sua capacidade de crescimento. De forma a garantir a sustentabilidade, será realizada formação de formadores com agregadores para garantir a sustentabilidade para além do tempo de vida do projecto. Em conjunto, a introdução, desenvolvimento, promoção e adoção de ferramentas digitais para aumentar a produtividade e melhorar o acesso ao mercado e ao financiamento serão fundamentais. As empresas que realizarem tais inovações serão doada com um apoio específico com o objetivo de as ampliar.

(4) Criação e operacionalização de uma plataforma de ação coletiva do sector da comercialização agrícola. Esta plataforma contribuirá para identificar e resolver lacunas sistémicas neste sector específico da economia moçambicana.

As intervenções realizadas para nas áreas de resultados anteriores serão complementadas por ações específicas no sector da comercialização agrícola. Para o efeito, será criada uma plataforma de ação coletiva que reunirá aos actores chave e as agências governamentais relevantes que trabalham nesta área com o objetivo de identificar lacunas específicas para o crescimento das empresas informais neste sector e definir um plano de ação coletivo para colmatar essas lacunas. A plataforma de ação sectorial será também alavancada como órgão consultivo sobre questões de políticas públicas relevantes neste sector e o desenvolvimento de regimes de incentivos à formalização. Além disso, a plataforma de ação proporcionará um campo colaborativo para a pilotagem de reformas políticas específicas, sistemas de incentivos e produtos financeiros. O plano de ação coletiva a sair do trabalho da plataforma servirá de base para mobilizar recursos e conhecimentos e, na medida do possível, recursos financeiros e em espécie. Além disso, o projecto prevê uma pequena quantidade de fundos, utilizando a modalidade do Prémio Desafio de Ecossistema, para conceber soluções para resolver as questões identificadas no plano de ação coletiva.

Na medida do possível e relevante, as actividades no âmbito das três primeiras áreas de resultados centrar-se-ão no sector da comercialização agrícola moçambicano. Isto ajudará a fortalecer a coerência, o foco e o impacto do projecto, focando-se num sector prioritário para Moçambique, direcionando sempre que for relevante os esforços do projecto para as intervenções neste sector.

Para além das actividades no âmbito destas quatro áreas de resultados, antes do início da implementação do projecto, **será realizada uma avaliação de base do sector informal em Moçambique** durante a fase de início do projecto. Esta avaliação de base fornecerá uma visão geral da economia informal em Moçambique. Em particular, captará a estrutura geral da economia informal e as principais lacunas que as empresas informais enfrentam para o crescimento e a formalização: será estruturada de acordo com três grandes módulos que cobrem barreiras políticas, as relativas ao acesso ao financiamento e as relativas às necessidades gerais de capacidade. Será igualmente produzido um mapeamento dos agregadores e associações de empresas do sector informal, bem como dos intermediários financeiros relevantes. A avaliação de base incluirá também

um estudo de caso que se centrará no sector da comercialização agrícola e, adoptando uma lente de ecossistema, identificará as principais lacunas sistémicas no funcionamento dos mercados neste sector. Esta avaliação contribuirá para fornecer informações de base que serão fundamentais para a implementação do projecto. A metodologia do estudo de base basear-se-á principalmente na revisão de documentos e a compilação dos dados existentes.

III. DESCRIÇÃO DO PROJECTO - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

O projecto é dois a ser implementado em duas fases: uma **fase inicial de início**, inicialmente concebida para durar 4 meses, seguida de uma fase de implementação de 48 meses (4 anos).

FASE DE INEPCÇÃO

A fase de início do projecto ira-se centrar na realização duma avaliação de linha de base do sector informal em Moçambique. Esta avaliação procurará fornecer uma visão geral e atualizada das principais necessidades e pontos de entrada do sector informal, estabelecer as bases para a identificação de estrangulamentos regulamentares, acesso a restrições de financiamento, necessidades de capacidade e soluções relevantes. A avaliação de linha irá também apresentar uma análise geral da economia informal no sector do comercialização agrícola e identificará lacunas sistémicas no crescimento e formalização de empresas informais neste sector, ajudando a informar o plano de trabalho da plataforma de acção sectorial da comercialização agrícola.

Durante a fase de início, o projecto procurará envolver-se com os principais actores no governo, no sector privado, incluindo sector financeiro, nas associações sectoriais informais e nos parceiros ao desenvolvimento em Moçambique, incluindo a UE. Isto ajudará a garantir uma compreensão sólida do projecto de todos os actores chave a sua apropriação. Simultaneamente, será realizado um mapeamento de operadores e agregadores do sector financeiro, enquanto os potenciais participantes na plataforma de acção sectorial serão identificados.

Por último, a fase de início implicará a definição e criação das estruturas de gestão e governação para o projecto e o recrutamento e nomeação de pontos focais ao nível de sede e de país no PNUD e na OIT), assim como a organização dum workshop de início e a finalização dos planos plurianuais do projecto. O recrutamento da PMU e do coordenador nacional do projecto também terá lugar durante esta fase do projecto.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Durante a fase de execução de quatro anos do projecto, serão implementados os seguintes resultados e actividades conexas:

Output 1: Quadro de políticas integrado para a formalização de empresas informais estabelecido e promovido

1.1 Assistência técnica aos governos para criar políticas e acções para promover a formalização

Este resultado será alcançado através da prestação de assistência técnica ao Governo para a criação ou reforço de políticas e acções para promover a formalização. Após um processo de sensibilização da realidade da economia informal em Moçambique e dos vários factores que impedem a sua formalização, e o consequente estabelecimento de um entendimento comum da economia informal no país (definições, objectivos, caminhos e boas práticas) com funcionários do estado e outras partes interessadas, o projecto irá fornecer a assistência técnica necessária para o desenvolvimento de um plano de acção/roteiro nacional para a formalização, que olha para estas questões de forma holística, no seu conjunto, numa abordagem de ecossistema. Esta actividade estará baseada na análise dos constrangimentos regulamentares obtidos na Avaliação de Base, complementada por uma consulta às principais partes interessadas. A intervenção de peritos internacionais e nacionais assegurará que as questões e dinâmicas locais sejam tidas em conta ao longo do processo. O plano de acção resultante servirá de roteiro e instrumento de advocacia para promover a reforma regulamentar e acções para fomentar a formalização a nível nacional (macro)

e institucional (meso). Um workshop nacional final servirá para que os interessados validem o plano de acção.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, a DNCI, o IPEME e a Autoridade Tributaria.

1.2 Assistência técnica aos Governos para identificar incentivos e esquemas de apoio adequados à formalização

Simultaneamente, no âmbito deste resultado, o projecto identificará esquemas inovadores de incentivo relevantes para a formalização. Estes esquemas poderão incluir, dentre outros, processos simplificados de registo e apoio, acesso preferencial a oportunidades de contratos públicos, acesso a alívio e apoio financeiro, ou esquemas de protecção social adaptados ou menos comuns, mas modelos com impacto, tais como o fornecimento de uma lotaria com bilhetes gratuitos em troca de registo e pagamento de impostos.

Sendo a implementação fundamental, o mapeamento levará à produção de notas de orientação para os esquemas de incentivos identificados. Será também prestado apoio técnico a esquemas-piloto de incentivos relevantes no sector da comercialização agrícola. Tendo em conta que as reformas legais e regulamentares tipicamente levam tempo, a implementação a uma escala limitada destes esquemas pilotos servirá como "efeito de demonstração", mostrando o seu potencial impacto no crescimento e formalização de empresas informais, apoiando-se em dados claros e fiáveis e no know-how que está a ser construído ao nível das agências governamentais relevantes. Isto, por sua vez, contribuirá para criar um impulso para as reformas legais e regulamentares a nível nacional.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, a DNCI e a Autoridade Tributaria.

1.3 Campanhas de sensibilização e advocacia

Campanhas de comunicação irão ser levadas a cabo para sensibilizar para as duas componentes acima referidas: a intenção, objectivo, conteúdo e progresso do plano de acção/roteiro nacional para a formalização, por um lado, e os esquemas-piloto de incentivos e os benefícios associados à formalização para empresas informais, por outro, captando ao mesmo tempo a realidade, dinamismo e desafios enfrentados pelos actores do sector informal. As campanhas de comunicação serão concebidas e divulgadas em plataformas relevantes dos meios de comunicação, incluindo a imprensa local, rádio, televisão e meios de comunicação social, com base no público-alvo. Será contratada uma empresa de comunicação local para levar a cabo esta actividade.

Para complementar os esforços de comunicação e aprofundar a base de conhecimentos sobre o sector informal em Moçambique, irá se apoiar pesquisas sobre o sector informal em Moçambique. Neste sentido, serão concedidas Bolsas de Baixo Valor (LVG) para promover a investigação académica centrada especificamente no sector informal. As provisões de bolsas serão feitas com base num convite à apresentação de propostas canalizado através de instituições académicas e de investigação locais. Um painel de selecção composto por membros eminentes do mundo académico da região ACP levará a cabo a selecção de propostas de investigação. Será geralmente dada preferência a propostas que visem a investigação empírica e avaliadas na sequência da sua relevância para a promoção do crescimento e formalização de empresas informais em Moçambique. Os beneficiários das bolsas de investigação serão ou investigadores empregados em instituições académicas ou outras instituições de investigação reconhecidas em Moçambique ou estudantes licenciados registados em instituições académicas locais.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, a DNCI, o IPEME, a Autoridade Tributaria as Direcções provinciais de Indústria e Comercio (DPIC) e os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) relevantes.

Output 2: Novos serviços financeiros desenvolvidos e promovidos, e oportunidades de capitalização para intermediários financeiros expandidas

2.1. Apoio técnico aos intermediários financeiros na identificação e adopção de modelos/produtos inovadores de serviços financeiros para empresas informais, com especial destaque para os serviços digitais e foco no sector da comercialização agrícola

Tipicamente, as empresas informais não têm acesso a financiamento ou a produtos financeiros especificamente concebidos para apoiar as suas necessidades e situações específicas de negócio. Os intermediários financeiros podem estar mais bem capacitados para prestar serviços às empresas informais se dispuserem dos instrumentos e modelos adequados que lhes permitam compreender o mercado informal e implementar estratégias de redução de risco. Estes intermediários financeiros também têm o potencial de encorajar o investimento em MPMEs, fornecendo informação de crédito de alta qualidade e identificando oportunidades de correspondência de financiamento a médio e longo prazo. O projecto abordará estes constrangimentos fornecendo assistência técnica para identificar com intermediários financeiros seleccionados produtos financeiros relevantes, serviços e soluções adaptadas ao sector informal, para introdução e adopção em Moçambique. Na medida do possível, o foco desta intervenção será o os operadores informais que operam no sector da comercialização agrícola.

Para preparar e maximizar o impacto da sua implementação, serão pilotados uma serie de produtos e serviços financeiros novos ou já existentes com foco na medida do possível no sector da comercialização agrícola. Subsequentemente, os intermediários financeiros seleccionados irão se beneficiar a traves do projecto de apoio técnico específico durante a introdução preliminar dos produtos financeiros adoptados.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, o Banco de Moçambique e o IPEME.

2.2. Apoio operacional a intermediários financeiros e empresas fintech para desenvolver e pilotar novos produtos de serviços financeiros para empresas informais, com foco no sector da comercialização agrícola

Para complementar e promover a inovação, o projecto irá criar prémios de “Desafio de Inovação” para promover o desenvolvimento de novos produtos financeiros digitais com forte potencial de impacto e escalabilidade. Estes prémios de “Desafio da Inovação” visarão incentivar intermediários financeiros e empresas da Fintechs para desenvolver ferramentas digitais que contribuam para melhorar o acesso ao financiamento por parte das empresas que operam no sector informal, especialmente naquelas que operam na área da comercialização agrícola. Espera-se que estes prémios sejam utilizados como um recurso catalisador para acelerar o desenvolvimento das soluções inovadoras que os intermediários financeiros e a Fintechs irão propor. Os fundos concedidos poderão ser utilizados para a aquisição de equipamento ou licenças de software relevantes, para o reforço da capacidade interna através da aquisição de recursos humanos relevantes, ou para a aquisição de serviços técnicos especializados relevantes (por exemplo, desenvolvimento de módulos de software).

Um total de quatro prémios de USD150.000 cada será atribuído aos premiados. A primeira pré-selecção será realizada pela unidade de gestão do projecto com o apoio de um perito técnico. Depois, a selecção final dos vencedores entre os candidatos pré-seleccionados será efectuada por um painel de selecção dedicado que incluirá os membros designados da UE e da OACP.

Na sequência da atribuição de prémios, será prestado um apoio técnico especializado substancial aos premiados para os ajudar a desenvolver plenamente a sua inovação e serão organizadas missões no terreno para realizar exercícios de monitorização e documentar o impacto do prémio.

Finalmente, será levada a cabo uma campanha de comunicação multimédia para aumentar a sensibilização para os benefícios das soluções financeiras digitais e promover a sua utilização. Esta campanha incluirá conteúdos divulgados através da imprensa nacional, televisão e meios de comunicação social como relevantes e será levada a cabo com o apoio de uma agência nacional de comunicação.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, o Banco de Moçambique e o IPEME.

2.3. Identificação de potenciais fontes de financiamento e de financiamento misto para intermediários financeiros e empresas FinTech.

Finalmente, o acesso ao capital para intermediários financeiros ao serviço de empresas informais será facilitado, em primeiro lugar através da produção de informações de investimento tipo “business intelligence” que incluirão resumos de investimento em benefício de empresas financeiras e Fintech e, em segundo lugar, através da criação duma base de dados de potenciais fontes de capital, especialmente para o financiamento misto.

Estes esforços serão complementados com a organização duma feira de pares e investimento entre investidores interessados, investidores de impacto, intermediários financeiros e empresas Fintech. O evento estará aberto aos vencedores e participantes dos Prémios Inovação, bem como a outros intermediários financeiros e empresas Fintech actualmente ou que estejam à espera de operar em Moçambique.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com ICM IP, o Banco de Moçambique e o IPEME.

Output 3: Capacidades dos intermediários do sector informal, agregadores e governo reforçadas, e a utilização de tecnologia financeira digital promovida

3.1. Criação de capacidade entre os intermediários para melhorar a BDS (gestão empresarial, literacia financeira, acesso ao mercado, espírito empresarial)

A falta de competências, especialmente em gestão empresarial, empreendedorismo, literacia financeira e literacia digital são barreiras importantes para o crescimento das empresas informais. Neste sentido, o projecto apoiará a capacitação de agregadores para fornecer formação de qualidade nessas áreas às empresas informais. Será dada uma atenção especial às competências digitais para promover a adopção de ferramentas de gestão digital que melhorem a produtividade, o acesso ao financiamento e o acesso aos mercados. Neste conjunto de intervenções, e para maximizar o alcance e impacto, o projecto beneficiará também de alianças estratégicas do Centro Internacional para o Desenvolvimento do Sector Privado do PNUD com o sector privado e empresas multinacionais nas áreas de desenvolvimento do empreendedorismo, agregadores de comércio electrónico, desenvolvimento de competências e digitalização para micro-retalhistas. Em linha com o foco sectorial do projecto em Moçambique, as intervenções a ser implementadas para esta actividade focaram nos intermediários e agregadores que operam no sector da comercialização agrícola. O projecto também considerará “localizar” estas actividades naquelas zonas e regiões do país onde possam ter um maior impacto na estruturação do sector da comercialização agrícola em Moçambique.

Aos agregadores serão proporcionadas sessões de formação de formadores (ToT) para lhes permitir apresentar serviços melhorados de desenvolvimento empresarial às empresas informais. As sessões abrangerão os seguintes temas: empreendedorismo, literacia financeira, literacia digital, gestão empresarial e formação específica do sector, e o desenvolvimento de serviços empresariais. Isto assegurará a transferência de competências para agregadores locais e garantirá a continuidade da formação e serviços prestados às empresas informais.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em coordenação com o IPEME.

3.2. Reforço da capacidade das empresas informais para melhorar a produtividade, acesso ao mercado, literacia financeira, gestão empresarial e capacidades empreendedoras

Será também ministrada formação directa a empresas informais nas competências acima referidas. Sempre que possível, a formação será realizada por formadores que tenham passado pelo processo ToT. Os formadores nacionais serão contratados e destacados para regiões prioritárias (grandes cidades, zonas rurais chave) para maximizar o número de empresas informais que beneficiarão da formação. Na medida do possível, estas formações estarão dirigidas a empresas informais que operam no sector da comercialização agrícola, com foco nas áreas geográficas seleccionadas par o projecto.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em estreita coordenação com o IPEME.

3.3. Concessão de Prémios Desafio à Inovação Digital a incubadoras e aceleradores para apoiar o crescimento e a expansão de empresas que desenvolvem inovações digitais em benefício do sector informal (enfoque especial em soluções que abordem o impacto do Covid-19)

O desenvolvimento de ferramentas inovadoras para um melhor e mais eficiente acesso ao mercado para empresas informais será promovido através da organização de um Prémio Desafio à Inovação Digital. As incubadoras e aceleradores locais serão chamados a apresentar propostas de estratégias para promover a inovação digital com as empresas que apoiam para dar prioridade a soluções que beneficiem o crescimento e formalização do sector informal. Em linha com o foco sectorial do projecto em Moçambique, estes prémios desafio irão promover soluções digitais inovadoras que possam permitir um melhor e mais eficiente acesso ao mercado para as empresas informais que operam no sector da comercialização agrícola. Alavancar o conhecimento profundo das incubadoras e aceleradores locais permitirá canalizar eficazmente os recursos dos Prémios de Inovação para as empresas inovadoras em fase de arranque que operam no espaço digital, muitas das quais são MPME. Por definição, as instituições de incubação e aceleração prestam serviços às empresas em fase de arranque para desenvolver e ampliar as suas ideias em fase inicial. Espera-se que o prémio tenha um papel catalisador no aumento da capacidade das incubadoras para detectar e desenvolver as empresas inovadoras em fase inicial que evoluem na fase digital. Os fundos concedidos podem ser utilizados para adquirir capacidades técnicas adicionais relevantes, equipamento e licenças de software, expandir redes de mentoria, e quando apropriado, fornecer capital inicial a inovadores no espaço digital. No caso de este último ser considerado pelas empresas incubadoras e aceleradoras beneficiárias, serão aplicados requisitos especiais, especialmente o requisito de que os fundos atribuídos sejam catalisadores para a obtenção de mais capital privado será um critério fundamental.

A experiência na implementação de prémios desafios de inovação dirigidas a entidades mais pequenas têm sido associadas a desafios no acompanhamento do desempenho após a atribuição do prémio. Neste sentido, o envolvimento de incubadoras e aceleradores locais com relações permanentes com as empresas que apoiam permitirá um melhor acompanhamento dos inovadores apoiados no final da linha, e uma melhor visibilidade do impacto real, também em termos de angariação de capital para expansão com fornecedores financeiros comerciais ou investidores, sejam eles locais ou estrangeiros. Além disso, a canalização de recursos através de algumas incubadoras e aceleradores produzirá eficiências em termos de custos na administração do desafio.

Neste contexto, cinco prémios de 50.000 USD serão entregues. A pré-selecção e verificação pré-contratual serão efectuadas pela equipa do projecto, e a selecção final será feita por um painel no qual a UE e OACP estarão representadas. Em seguida, serão organizadas missões de campo para acompanhar a implementação dos prémios pelas incubadoras e aceleradores beneficiários.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em estreita coordenação com o ICM IP e o IPEME.

3.4. Formação de agências governamentais estatísticas na recolha de dados do sector informal para as agências governamentais relevantes

A reduzida disponibilidade de dados fiáveis sobre o sector informal é uma questão recorrente. O projecto irá propor-se contribuir para a abordagem desta questão, fornecendo formação específica a agências governamentais estatísticas identificadas e a estruturas governamentais locais relevantes. As áreas de formação serão definidas através de uma avaliação da situação e das necessidades das agências visadas.

Coordenação: A implementação desta actividade será feita em colaboração com o Instituto Nacional de Estatísticas, INE.

Output 4: Plataformas sectoriais de acção colectiva estabelecidas e operacionalizadas

4.1. Estabelecimento de uma plataforma de acção sectorial e prestação de apoio operacional

O estabelecimento de uma plataforma de acção colaborativa ao nível do sector da comercialização agrícola servirá como mecanismo consultivo para a determinação acções que contribuam a estruturação deste sector, incluindo a formalização de operadores informais que operam na cadeia de valor da comercialização agrícola, assim como outros factores que possam impactar num melhor funcionamento do sector da comercialização agrícola, como poderão ser as questões de índole infraestrutural (e.g. silos, armazéns, etc.). Esta plataforma de acção ecossistémica actuará também para colmatar as lacunas sistémicas que impedem o desenvolvimento de empresas informais na comercialização agrícola, definir um Plano de Acção para as abordar, e implementar o Plano de Acção.

O projecto permitirá convocar a plataforma e dar continuidade aos compromissos iniciais com potenciais participantes. Um workshop inicial de lançamento com os interessados servirá para introduzir a plataforma de acção sectorial, identificar os mecanismos existentes para desenvolver e fazer um “brainstorming” de ideias sobre outros actores a envolver, bem como sobre possíveis papéis e responsabilidades. Subsequentemente, o projecto apoiará reuniões anuais de diálogo para os anos restantes da implementação do projecto.

Coordenação: A implementação desta actividade será coordenada pelo PNUD, o ICM IP, a AMPCM e o MADER.

4.2. Apoio técnico e de investigação para desenvolver e implementar planos de acção colectivos da plataforma de acção sectorial

Será prestado apoio técnico contínuo tanto para o seminário de início como para as três reuniões anuais de diálogo. Para informar e proporcionar uma discussão orientada durante as reuniões anuais de diálogo, serão conduzidos e apresentados estudos temáticos específicos relevantes para a comercialização agrícola.

Coordenação: A implementação desta actividade será coordenada pelo PNUD, o ICM IP, a AMPCM e o MADER.

4.3. Fornecimento de Subsídios de Desenvolvimento de Ecossistemas a agregadores para abordar barreiras e lacunas identificadas no mapeamento

Finalmente, o projecto apoiará a implementação do Plano de Accção com recursos complementares destinados a colmatar as lacunas identificadas numa base selectiva através da implementação do Ecosystem Award/Prémios Ecossistémicos. Os agregadores e outras instituições técnicas relevantes (instituições de investigação, agências técnicas) serão chamados a apresentar propostas sobre abordagens e intervenções para abordar as lacunas do ecossistema identificadas. A implementação de soluções seleccionadas será facilitada com a concessão de Subsídios Ecossistémicos.

Coordenação: A implementação desta actividade será coordenada pelo PNUD, o ICM IP, a AMPCM e o MADER.

IV. RESULTADOS E PARCERIAS

RESULTADOS ESPERADOS E PARCEIROS INSTITUCIONAIS

Resultado/ Actividade	Actividade-chave	Chumbo	Colíder
Produção 1: É estabelecido e promovido um quadro político integrado para a formalização das empresas informais			
Actividade 1.1. Assistência Técnica aos Governos para criar políticas e ações para promover a formalização	1.1.1. Apoio técnico ao Governo para desenvolver um plano de ação nacional/roteiro para a formalização.	OIT	ICM, IP; DNCI; AT
	1.1.2. Facilitar um evento de validação do plano de ação nacional/roteiro para a formalização.	PNUD	ICM,IP; DNCI; AT
Actividade 1.2. Assistência técnica aos governos para identificar incentivos e regimes de apoio adequados à formalização	1.2.1. Identificação de regimes inovadores de incentivo e apoio e apresentação de notas de orientação de execução para a formalização de empresas informais.	OIT	ICM, IP;, DNCI, AT
	1.2.2. Assistência técnica para a mobilização de incentivos e sistemas de apoio relevantes selecionados a nível sectorial, alavancando a plataforma do ecossistema.	OIT	ICM,IP; DNCI, AT
Actividade 1.3. Campanhas de sensibilização e advocacia	1.3.1. Produção de materiais de comunicação e investigação para sensibilizar para a informalidade, o roteiro e os novos regimes de incentivo destinados às empresas informais	OIT	ICM,IP; DNCI, AT
Produção 2: Novos serviços financeiros desenvolvidos e promovidos, e oportunidades de capitalização para intermediários financeiros expandidos			
Actividade 2.1. Apoio técnico aos intermediários financeiros na identificação e adoção de modelos/produtos inovadores de serviços financeiros para empresas informais, com especial enfoque nos serviços digitais	2.1.1 Prestar apoio ao reforço das capacidades para facilitar a adoção de produtos financeiros inovadores identificados pelos intermediários financeiros.	PNUD	ICMIP; BM, IPEME
	2.1.2. Apoiar na mobilização dos serviços financeiros adotados a nível sectorial, alavancando a plataforma do ecossistema.	OIT	ICM,IP; BM, IPEME
Actividade 2.2. Apoio operacional a intermediários financeiros e empresas fintech para desenvolver e pilotar novos serviços financeiros-produtos para empresas informais	2.2.1. Prémio de Concurso de Inovação para intermediários financeiros e fintechs	PNUD	ICM,IP; BM, IPEME
	2.2.2. Campanha de comunicação sobre o desafio da inovação para sensibilizar para os benefícios das soluções e produtos financeiros digitais	PNUD	ICM,IP; BM, IPEME
	2.2.3. Apoio técnico e operacional aos premiados do desafio da inovação para desenvolver inovações financeiras de escala e de mercado destinadas a empresas informais	PNUD	ICM,IP; BM, IPEME

Actividade 2.3. Identificação de potenciais fontes de financiamento e financiamento misturado para intermediários financeiros e empresas FinTech.	2.3.1. Criação de uma base de dados de fontes potenciais de financiamento e financiamentos misturados para intermediários financeiros	PNUD	ICM,IP; BM, IPEME
	2.3.2. Organização de eventos de “ <i>matchmaking</i> ” e feiras de investimento em benefício dos beneficiários do desafio da inovação e de outros intermediários financeiros.	PNUD	ICM,IP; BM, IPEME
Produção 3: Capacidades de intermediários do sector informal, agregadores e governo reforçados, e a utilização da tecnologia de financiamento digital promovida			
Actividade 3.1. Capacidade de construção entre intermediários para uma melhor BDS (gestão empresarial, literacia financeira, acesso ao mercado, empreendedorismo)	3.1.1. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em empreendedorismo	OIT	
	3.1.2. Sessão de formação de formadores para agregadores e intermediários em literacia financeira	OIT	
	3.1.3. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em literacia digital	OIT	
	3.1.4. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em gestão de empresas	OIT	
	3.1.5. Sessão de formação de formadores para agregadores em intermediários em serviços de desenvolvimento de empresas	OIT	
Actividade 3.2. Capacidade de construção entre empresas informais para melhorar a produtividade, o acesso ao mercado, a literacia financeira, a gestão das empresas e as competências empresariais	3.2.1. Formação sobre tecnologia digital utiliza para melhorar a produtividade e o acesso ao mercado	OIT	
	3.2.2. Formação em literacia financeira para desenvolver competências de gestão eficientes e melhorar o acesso a serviços financeiros para empresas informais	OIT	
	3.2.3. Formação em gestão de comercialização, serviços de desenvolvimento de empresas	OIT	
	3.2.4. Formação em empreendedorismo	OIT	
Actividade 3.3. Oferta de Innovation Challenge Awards a incubadoras e aceleradores para apoiar o crescimento e o aumento de empresas que desenvolvem inovações digitais beneficiando o sector informal (foco especial em soluções que abordam o impacto do Covid-19).	3.3.1. Oferta de Prémios Innovation Challenge	PNUD	ICM,IP; IPEME
	3.3.2. Apoio técnico e operacional aos vencedores/premiados para desenvolver novas soluções e serviços financeiros inovadores dirigidos a empresas informais.	PNUD	ICM,IP; IPEME

Actividade 3.4. Formação de agências governamentais estatísticas na recolha informal de dados do sector às agências governamentais relevantes	3.4.1. Formações na recolha informal de dados do sector às agências governamentais competentes	OIT	INE
Produção 4: Plataformas de ação coletiva sectorial criadas e operacionalizadas			
Actividade 4.1. Criação de 1 plataforma de ação sectorial nos 6 países e prestação de apoio operacional	4.1.1. Workshop de início e formação com as partes interessadas para a introdução do modelo de plataformas coletivas e modelo de desenvolvimento de ecossistemas.	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
	4.1.2. Perito Técnico Local para apoiar as actividades coletivas da plataforma como facilitador.	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
	4.1.3. Apoio operacional para reuniões mensais, reuniões de grupo de trabalho e visitas de campo.	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
Actividade 4.2. Apoio técnico e de investigação para desenvolver e implementar planos de ação coletiva da plataforma de ação sectorial	4.2.1. Apoio técnico à plataforma de ação para elaborar um plano de ação coletivo.	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
	4.2.2. Organização de um workshop com os intervenientes na plataforma do ecossistema para validar o plano de ação coletivo.	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
Actividade 4.3. Disponibilização de bolsas de desenvolvimento de ecossistemas a agregadores para resolver barreiras e lacunas identificadas no mapeamento	4.3.1. Disponibilização de subvenções para o desenvolvimento dos ecossistemas aos agregadores para colmatar as barreiras e lacunas identificadas no mapeamento	PNUD	ICM,IP/AMPCM/MADER
Gestão de Projectos			
Actividade 6.1 Apoio geral à implementação do projecto	6.1.1. Criar um Comité Diretor de Projectos em Moçambique e realizar reuniões periódicas	PNUD	ICM,IP
	6.1.2. Apoio ao secretariado às actividades dos projectos	PNUD	ICM,IP

PARCERIAS

a) Instituições regionais

A nível global e regional, o projecto associar-se-á a instituições regionais relevantes da região ACP durante a sua execução, tirando partido do facto de fazer parte de um programa multi-país ACP mais vasto. A principal modalidade de parceria será através de acordos institucionais. Essas instituições regionais poderão incluir a União Africana (AU), o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas (CDB) e o Fundo Global de Impacto Cooperativo (GCI) e organizações conexas nas Caraíbas e no Pacífico. Uma possível parceria é com o projecto *Decent Work for Transformation of Informal Economy* (2018-2022) da União Africana.

b) Agências da ONU

A OIT apoia atualmente vários países da região ACP em matéria de informalidade, produtividade, desenvolvimento do empreendedorismo e ligações empresariais, incluindo no Zimbabué e na Zâmbia. O projecto também ira-se beneficiar da experiência da OIT em finanças sociais, incluindo as suas ferramentas e metodologias para permitir que um leque diversificado de instituições financeiras sirva novos segmentos de mercado, incluindo MSMEs. A OIT traz também ao projecto conhecimento global da economia informal, a sua experiência na implementação da Recomendação R204, e alavanca os conhecimentos especializados e de campo da OIT sobre políticas públicas, estatísticas, ferramentas de medição/kits de ferramentas relacionados com a informalidade. A OIT desenvolveu também um curso online sobre formalização empresarial que pode ser útil para os parceiros do projecto e no qual os beneficiários do projecto serão matriculados – mediante pedido – gratuitamente.

De uma forma mais geral, o projecto será implementado no âmbito do actual Quadro de Coordenação de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF), 2022-2026, para Moçambique. Como tal, o projecto fará parte de actividades que contribuem para a Prioridade Estratégica n.º 2 da UNSDF que visa apoiar no decorrer dos próximos quatro anos um crescimento económico mais diversificado, inclusivo e sustentável em Moçambique, assente no aumento da produção e produtividade em benefício das pessoas, em particular das mulheres e dos jovens. Neste contexto, o projecto beneficiará de fazer parte de um esforço mais alargado da ONU nesta área e da implementação de actividades conexas por outras agências das Nações Unidas que trabalham em Moçambique. Na prática, isto poderia traduzir-se na partilha de conhecimentos e potenciais colaborações com outras agências e projectos das Nações Unidas que contribuíssem para a Prioridade Estratégica 2 da UNSDCF.

c) Sociedade civil e instituições de desenvolvimento de negócios a nível nacional:

Com base nas suas extensas redes, o PNUD e a OIT desenvolverão parcerias adicionais com os CSOs, desde grupos de política e de defesa da investigação a organizações de base comunitária e instituições de desenvolvimento de negócios que possuem conhecimentos especializados no desenvolvimento de MSME em diversos sectores.

As parcerias com os seguintes CSOs em Moçambique serão exploradas e consideradas: ASSOTSI: Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Associação Informal dos Mukheristas, AEIMO - Associação da Economia Informal de Moçambique, ATIVA: Associação Moçambicana da Mulher Empresária e Executiva, AMRU : Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural, CNAM: Conselho Nacional para o Avanço da Mulher), COMUTRA: Comité Nacional da Mulher Trabalhadora da OTM-CS (Comissão Nacional de Trabalhadores da Mulher – parte da organização de trabalhadores moçambicanos, Mozambique principal sindicato), COMUT: Comité da Mulher Trabalhadora da CONSILMO, OMM: Organização da Mulher Moçambicana

d) Instituições especializadas e Academia

O projecto contará com a experiência de instituições especializadas, centros de investigação e academia em Moçambique. A principal modalidade de parceria com estas instituições serão os acordos institucionais ou os acordos de consultoria/consultoria.

e) Parcerias com iniciativas existentes e futuras

No âmbito de um programa inter-regional/multi-país do sector privado central sobre a economia e os mercados informais, esta iniciativa explorará sinergias, construirá ligações e reforçará mutuamente ações, promoverá o conhecimento e a partilha de boas práticas com outras iniciativas relevantes e futuras, como a YouthConnekt Africa, o "Trabalho Decente para a Transformação da Economia Informal" da União Africana e o "projecto de governação mineira africana". O projecto procurará igualmente a colaboração com outras redes de financiamento, incluindo a Rede *Impact@Africa* e o SDG Impact PNUD na facilitação do investimento do sector privado, bem como com outros projectos de MSMEs existentes e futuros.

ENVOLVIMENTO DOS ACTORES CHAVE

Um amplo leque de beneficiários e actores chave participarão no projecto. A estratégia-chave para o seu envolvimento é através da implementação de actividades de projecto e operações de campo de parceiros de implementação.

Os beneficiários e as partes interessadas incluirão:

- ✓ **Organismos governamentais relevantes a nível nacional e subnacional:** Isto inclui, em primeiro lugar, o Ministério da Indústria e Comércio (MIC), o principal parceiro de execução do projecto, bem como departamentos e entidades relevantes do ministério. Entre estes, está o Instituto de Cereais de Moçambique (IP), que foi designado como a principal contraparte do projecto no âmbito do MIC. Outras agências governamentais envolvidas na implementação do projecto incluem a Autoridade Tributária (AT), o Banco de Moçambique (BM) e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)
- ✓ **Agregadores de economia informal, intermediários e intermediários financeiros:** cooperativas empresariais informais, intermediários financeiros, plataformas de ação coletiva, consórcios comerciais/exportações/ alianças comerciais, beneficiarão de melhores capacidades técnicas e operacionais para aumentar a produtividade das empresas informais e uma maior prestação de serviços e financiamentos de proteção social.
- ✓ **Empresas informais:** incluindo empresários informais independentes, beneficiarão de um maior acesso aos mercados, finanças e know-how técnico e operacional sobre gestão de empresas e da capacidade de construir um oleoduto de projectos/produtos bancários.

COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR (SSC/TRC)

Na medida do possível, o projecto explorará também oportunidades de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular. Beneficiará, neste sentido, de fazer parte de um programa ACP mais alargado, bem como de plataformas e iniciativas SSC/TRC existentes no seio dos parceiros participantes: o PNUD, a OIT e a OACPS. A documentação e consolidação das lições aprendidas, a divulgação das melhores práticas e, de um modo mais geral, a partilha de resultados de projectos (revisões, estudos, etc.) proporcionarão também uma oportunidade para colaborações SSC/TRC.

CONHECIMENTO

No âmbito do Output 1, o projecto desenvolverá quadros de políticas públicas e modelos de incentivo para barreiras à formalização que possam ser replicadas ou adaptadas a outros contextos do país. Os novos serviços financeiros criados no apoio ao Output 2 fornecerão exemplos e modelos de negócio para os intermediários financeiros de outros países. No âmbito do Output 3, os modelos de formação e formação de formadores (ToTs) fornecerão recursos para que as partes interessadas dos países selecionados realizem a capacitação para o sector informal para além do tempo de vida útil do projecto. A maioria dos materiais de formação será traduzida e colocada em formato online na plataforma Business ACP, o que dará acesso a outros países, especialistas e intermediários que lhes permitam beneficiar dos recursos. Os resultados dos estudos serão partilhados através de webinars e por publicação no site do Business ACP.

SUSTENTABILIDADE E AMPLIAÇÃO

A sustentabilidade das intervenções e resultados do projecto assenta-se no reforço com sucesso da capacidade dos intermediários e na promoção de ligações com o acesso ao mercado e na facilitação do acesso ao financiamento por parte de empresas informais. Para garantir que as plataformas coletivas, intermediários e agregadores continuem a prestar serviços, as suas

capacidades operacionais e técnicas serão reforçadas e serão equipadas com as ferramentas necessárias. Ao desenvolver os produtos e serviços para empresas informais, o projecto centrar-se-á também na eficiência de custos destes produtos. O projecto reforçará a capacidade das instituições nacionais, prestando assistência técnica no desenvolvimento de políticas que abordem a informalidade e os incentivos à implementação. A formalização é, portanto, um processo gradual, pelo que o plano de ação em colaboração com o governo e outras partes interessadas poderia permitir ao governo acompanhar e resolver barreiras a longo prazo.

V. GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO PROJECTO

GOVERNAÇÃO DO PROJECTO

Como parte duma iniciativa multi-país, a governação do projecto está definida tanto a nível global como nacional e inclui a criação dum Comité Directivo Global do Projecto (CDG) e um Comité Directivo Nacional do Projecto (CDN) específico para Moçambique.

O Comité Directivo Global do Projecto (CDG) inclui representantes dos governos nacionais de todos os países participantes, do PNUD, da UE e da OACPS, da OIT e da WIEGO. Moçambique está representado neste comité pelo Ministro da Indústria e Comércio.

O CDG fornecerá supervisão e direcção estratégica para o projecto. Reúne a cada 6 meses (incluindo eletronicamente e presencialmente) e realiza as seguintes tarefas:

1. Fornecer orientação estratégica global ao projecto, incluindo novas áreas estratégicas de colaboração e intervenções, conforme adequado.
2. Rever o desempenho em relação aos resultados e objetivos do projecto.
3. Propor alterações na intervenção do projecto, se necessário, e
4. Instrua quando proceder a monitorização e avaliações e aprovar as suas conclusões.

Por outro lado, o **Comité Directivo Nacional do Projecto (CDN)** inclui representantes do governo, parceiros da implementação, doadores, o sector informal e o sector privado em Moçambique. O gráfico abaixo, apresenta a composição exata do CDN em Moçambique.

O CDN é presidido pelo Secretário Permanente do Ministério da Indústria e Comércio e reúne-se duas vezes por ano para desempenhar as seguintes tarefas:

1. Fornecer supervisão contínua sobre a implementação do projecto a nível nacional com base nas decisões do CPS.
2. Assegurar uma coordenação perfeita nas áreas de intervenção.
3. Garantir a sustentabilidade das intervenções a nível nacional.
4. Validar o plano de trabalho plurianual e anual.
5. Supervisionar a seleção de beneficiários no âmbito das diferentes actividades premiadas.
6. Fornecer orientação *ad-hoc* sobre actividades específicas.



Obss: incluir a associação MUKERO

GESTÃO DO PROJECTO

Como parte dum projecto multi-país de modalidade de Implementação Directa (DIM), as responsabilidades e funções globais de gestão do projecto (gestão financeira, aprovisionamento, recursos humanos, M&E e relatórios, etc.) são da responsabilidade do PNUD. No entanto, na sua implementação o PNUD trabalhará em estreita colaboração com o Ministério da Indústria e Comércio e, em particular, com o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), a principal contraparte do projecto, para garantir a implementação efetiva de actividades e o máximo alcance e impacto. Para o efeito, a equipa do projecto irá regularmente envolver-se com a ICM e envolver o pessoal da ICM nas decisões chave que afectam à implementação do projecto. Além disso, para actividades específicas do projecto, o PNUD e o ICM trabalharão com parceiros de projecto seleccionados para coordenar a sua implementação, segundo o que aparece na Secção III acima (Descrição do Projecto – Descrição das Ações).

O PNUD também trabalhará em estreita colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), co-implementador do projecto e instituição responsável por liderar a implementação de vários dos seus Outputs. Isto assegurará a implementação eficaz das actividades do projecto, assim como a sua coerência e impacto.

No que diz respeito ao PNUD, a responsabilidade sobre projecto reside tanto no Escritório País do PNUD em Moçambique como no *Finance Sector Hub (FSH)* de África em Pretória, África do Sul. O Escritório País do PNUD em Moçambique será responsável da gestão diária do projecto no que diz respeito às actividades implementadas em Moçambique. Por outro lado, o *Finance Sector Hub (FSH)* em Pretória será responsável por funções globais, bem como por assegurar que as actividades do projecto se insciem no âmbito do trabalho definido para o programa multinacional ACP de que o projecto moçambicano faz parte e contribuam para os objetivos e resultados globais do programa. O Africa Finance Sector Hub também irá aconselhar actividades de projectos em Moçambique e contribuir com assistência técnica, sempre que relevante.

Para gerir o projecto, Escritório País do PNUD em Moçambique contratará um Coordenador de País, que será responsável pela gestão e coordenação do projecto a nível nacional. O Coordenador do País trabalhará sob um sistema matricial, com linhas de duplo reporte ao Economista Sênior do PNUD em Moçambique e ao Global Project Manager no Africa Finance Sector Hub em Pretória, África do Sul. Esta pessoa será responsável por: (1) liderar a implementação do projecto; (2) a preparação de planos de trabalho e relatórios anuais; (3) a gestão das actividades diárias do projecto; (4) gerir a interação quotidiana e coordenar os trabalhos com as contrapartes nacionais dos projectos, incluindo o MIC e o ICM; (5) apoiar o Comité Directivo Nacional do projecto; (6) estabelecimento de parcerias relevantes.

VI. QUADRO DE RESULTADOS¹²

OUTPUTS ESPERADOS	INDICADORES DE OUTPUTS ^[1]	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		ALVOS				
			Valor	Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	FINAL
OUTPUT 1: Um quadro político integrado para a formalização das empresas informais desenvolvidas e promovidas	1.1. Plano de ação nacional/roteiro para formalização validado	Relatórios de projectos, documentos da Agenda Nacional	0	2021	1	0	0	0	1
	1.2. Número de notas de orientação de execução para os regimes de incentivos produzidos	Relatórios de projecto, notas de orientação produzidas	0	2021	1	0	0	0	1
	1.3. Número de regimes de incentivos pilotados	Relatórios de projectos, entrevistas	0	2021	0	2	0	0	2
	1.4. Número de campanhas de comunicação multimédia sobre o plano de ação nacional/roteiro e os regimes de incentivo à formalização realizadas	Relatórios do projecto, material de comunicação produzido	0	2021	1	0	0	0	1
	1.5. Número de projectos nacionais de investigação pública e académica sobre o sector informal apoiados	Relatórios de projectos, publicações académicas	0	2021	5	0	0	0	5
OUTPUT 2: Novos serviços financeiros desenvolvidos e promovidos e oportunidades de capitalização	2.1. Número de intermediários financeiros apoiados para identificar e adotar novos produtos e serviços para o sector informal	Relatórios de projectos, entrevistas	0	2021	8	0	0	0	8
	2.2. Número de produtos e serviços financeiros pilotados ao nível das plataformas dos ecossistemas	Relatórios de projectos, entrevistas	0	2021	0	4	2	0	6

¹² O PNUD publica a sua informação sobre o projeto (indicadores, linhas de base, alvos e resultados) para cumprir as normas da Iniciativa internacional de Transparência da Ajuda (IATI). Certifique-se de que os indicadores são S.M.A.R.T. (Específico, Mensurável, Atingível, Relevante e Ligado ao Tempo), forneça bases e metas precisas apoiadas por provas e dados fiáveis, e evite siglas para que o público externo compreenda claramente os resultados do projeto.

para intermediários financeiros expandidos	2.3. Número de intermediários financeiros e empresas fintech que receberam prémios e apoio técnico para desenvolver e ampliar as suas inovações	Relatórios de formação, relatórios de avaliação pós-formação, inquérito aos beneficiários	0	2021	0	4	0	0	4
	2.4. Número de campanhas de comunicação para sensibilizar os serviços financeiros digitais realizadas	Relatórios do projecto, material de comunicação produzido	0	2021	0	0	1	0	1
	2.5. Número de documentos de instrução de investimento e de informação de investidores produzidos	Relatórios do projecto, documentação de investimento produzida	0	2021	0	1	0	0	1
	2.6. Número de eventos de matchmaking organizados	Relatórios de projectos, entrevistas, comunicados de imprensa	0	2021	0	1	0	0	1
OUTPUT 3: Capacidades de intermediários do sector informal, agregadores e governo reforçados, e a utilização da tecnologia digital promovida	3.1. Número de formadores formados em empreendedorismo (desagregados por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	50	50	0	100
	3.2. Número de formadores formados em literacia financeira (desagregado por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	50	50	0	100
	3.3. Número de formadores formados em literacia digital	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	50	50	0	100
	3.4. Número de formadores formados em serviços de desenvolvimento de empresas e questões sectoriais	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	50	50	0	100
	3.5. Número de formadores formados em serviços de desenvolvimento de empresas	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	50	50	0	100

	3.6 Número de empresas informais formadas em empreendedorismo (desagregadas por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	200	400	0	600
	3.7 Número de empresas informais formadas em literacia financeira (desagregadas por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	200	400	0	600
	3.8. Número de empresas informais formadas em literacia digital (desagregadas por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	200	400	0	600
	3.9. Número de empresas informais formadas em serviços de desenvolvimento de empresas (desagregadas por sexo)	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	200	400	0	600
	3.10. Número de incubadoras e aceleradores premiados com um prémio de desafio à inovação e que prestaram apoio técnico ao desenvolvimento da inovação e à ampliação	Relatórios de Projecto, entrevistas	0	2021	0	0	3	4	7
	3.11. Número de agências governamentais formadas na recolha informal de dados do sector	Relatório de formação (lista de atendimento à formação)	0	2021	0	1	0	0	1
OUTPUT 4: Plataformas de ação coletiva sectoriais estabelecidas e operacionais	4.1. Plano de ação da plataforma de ação coletiva criado e validado	Relatórios de Projecto, Plataforma de Ação planeia plano de trabalho/relatórios internos	0	2021	1	0	0	0	1
	4.2 Número de diálogos bianuais da plataforma de ação sectorial organizado	Relatórios de Projecto, Plataforma de Ação planeia plano de	0	2021	1	2	2	2	7

		trabalho/relatórios internos							
	4.3 Número de estudos específicos de tópicos produzidos para orientar as reuniões de diálogo		0	2021	0	1	1	1	3
	4.2. Número de prémios/bolsas ao ecossistema para a execução do plano de ação previsto	Relatórios de projectos, entrevistas	0	2021	0	0	10	0	10

VII. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

De acordo com os procedimentos de programação do PNUD, o projecto será monitorado através dos seguintes planos de monitorização e avaliação:

Plano de Monitorização

Actividade monitorização	Objectivo	Frequência	Ação Prevista
Acompanhar o progresso de resultados	Os dados de progresso contra os indicadores de resultados no RRF serão recolhidos e analisados para avaliar o progresso do projecto na obtenção dos resultados acordados.	Trimestralmente, ou na frequência necessária para cada indicador.	Os progressos mais lentos do que o esperado serão abordados pela equipa de gestão do projecto.
Monitorizar e Gerir Riscos	Identificar riscos específicos que possam ameaçar a obtenção dos resultados pretendidos. Identificar e monitorizar as ações de gestão de riscos utilizando um registo de risco. Isto inclui medidas de monitorização e planos que possam ter sido exigidos de acordo com os Estandartes Sociais e meio ambientais do PNUD. As auditorias serão realizadas de acordo com as regras de auditoria do PNUD para gerir os riscos financeiros.	Trimestral	Os riscos são identificados pela equipa de gestão do projecto e são tomadas medidas para gerir o risco. O registo de risco é mantido ativamente para acompanhar os riscos e as ações identificadas tomadas.
Aprendizagem	O conhecimento, as boas práticas e as lições serão capturadas regularmente, bem como ativamente provenientes de outros projectos e parceiros e integrados no projecto.	Pelo menos anualmente	As lições relevantes são captadas pela equipa do projecto e utilizadas para informar as decisões de gestão.
Controlo de qualidade anual do projecto	A qualidade do projecto será avaliada em função dos padrões de qualidade do PNUD para identificar os pontos fortes e fracos do projecto e informar a tomada de decisões de gestão para melhorar o projecto.	Anualmente	As áreas de força e fraqueza serão revistas pela equipa de gestão do projecto e serão utilizadas para informar as decisões para melhorar o desempenho do projecto.
Rever e fazer correções de curso	Revisão interna de dados e provas de todas as ações de monitorização para informar a tomada de decisão.	Pelo menos anualmente	Os dados de desempenho, riscos, lições e qualidade serão discutidos pelo Comité Directivo Nacional de projecto e utilizados para fazer correções de curso.

Relatório do Projecto	Será apresentado um relatório de progresso ao Conselho de Projecto e às principais partes interessadas, que consiste em dados de progresso que mostrem os resultados alcançados em relação aos objetivos anuais pré-definidos ao nível da produção, ao resumo anual da classificação da qualidade do projecto, a um risco atualizado com medidas de mitigação e a quaisquer relatórios de avaliação ou revisão elaborados ao longo do período.	Anualmente, e no final do projecto (relatório final)	
Revisão do Projecto (Comité Directivo Nacional do projecto)	O Comité Directivo Nacional do Projecto realizará revisões regulares do projecto para avaliar o seu desempenho e rever o Plano de Trabalho Plurianual para garantir um orçamento realista ao longo da vida do projecto. No último ano do projecto, o Comité Directivo Nacional realizará uma revisão final do projecto para captar as lições aprendidas e discutir oportunidades de ampliação e de socialização dos resultados do projecto e das lições aprendidas com o público relevante.	Duas vezes por ano	Quaisquer preocupações de qualidade ou progressos mais lentos do que esperado devem ser discutidos pelo Comité Directivo Nacional do projecto e as ações de gestão acordadas para resolver as questões identificadas.

VIII. PLANO DE TRABALHO PLUÁRIO

Actividades	Sub-Actividades/Tarefas	Agência	Ano				Orçamento
			1	2	3	4	USD
Dimensão: Regulação, Incentivos regulamentares e Advocacia							
Produção 1: É estabelecido e promovido um quadro político integrado para a formalização das empresas informais							
1.1. Assistência técnica aos governos para criar políticas e ações destinadas a promover a formalização	1.1.1. Apoio técnico ao Governo para desenvolver um plano de ação nacional/roteiro para a formalização.	OIT					14,768
	1.1.1.b Apoio técnico para o desenvolvimento de um plano de ação nacional/roteiro para a formalização	OIT					36,769
	1.1.2. Facilitar um evento de validação do plano de ação nacional/roteiro para a formalização.	PNUD					21,688
1.2. Assistência técnica aos governos para identificar os incentivos e os regimes de apoio adequados à formalização	1.2.1. Identificação de regimes inovadores de incentivo e apoio e apresentação de notas de orientação de execução para a formalização de empresas informais.	OIT					31,715
	1.2.2. Assistência técnica para a pilotagem de incentivos e sistemas de apoio relevantes selecionados a nível sectorial, alavancando a plataforma do ecossistema.	OIT					70,389
1.3. Campanhas de sensibilização e de defesa	1.3.1. Produção de materiais de comunicação para sensibilizar para o plano de ação nacional/roteiro para a formalização e para os novos regimes de incentivo destinados às empresas informais	OIT					47,664
SAÍDA TOTAL 1							197,018
10%							
Dimensão: Sector Financeiro e Inovação Digital							
Produção 2: Novos serviços financeiros desenvolvidos e promovidos, e oportunidades de capitalização para intermediários financeiros expandidos							
2.1. Apoio técnico aos intermediários financeiros na identificação e adoção de modelos/produtos inovadores	2.1.1 Selecione intermediários financeiros e proporcione apoio ao reforço da capacidade para facilitar a adoção de produtos financeiros inovadores identificados por intermediários financeiros.	PNUD					129,768

de serviços financeiros para empresas informais, com especial enfoque nos serviços digitais	2.1.2. Apoiar a pilotagem dos serviços financeiros adotados a nível sectorial, alavancando a plataforma do ecossistema.	OIT					65,933
2.2. Apoio operacional aos intermediários financeiros e às empresas fintech para desenvolver e pilotar novos serviços financeiros-produtos para empresas informais	2.2.1. Prémio De Concurso de Inovação para intermediários financeiros e FinTech	PNUD					604,000
	2.2.2. Campanha de comunicação sobre o desafio da inovação para sensibilizar para os benefícios das soluções e produtos financeiros digitais	PNUD					31,000
	2.2.3. Apoio técnico e operacional aos premiados do desafio da inovação para desenvolver inovações financeiras de escala e de mercado destinadas a empresas informais	PNUD					40,000
2.3. Identificação de potenciais fontes de financiamento e financiamento misturado para intermediários financeiros e empresas FinTech.	2.3.1. Criação de uma base de dados de fontes potenciais de financiamento e financiamentos misturados para intermediários financeiros	PNUD					11,250
	2.3.2. Organização de eventos de matchmaking e feiras de investimento em benefício dos beneficiários do desafio da inovação e de outros intermediários financeiros.	PNUD					6,500
SAÍDA TOTAL 2							888,451
Dimensão: Capacitação em competências empresariais e recolha de dados, inovação digital							
Produção 3: Capacidades de intermediários do sector informal, agregadores e governo reforçados, e a utilização da tecnologia de financiamento digital promovida							
3.1. Capacidade de construção entre intermediários para uma melhor BDS (gestão das empresas, literacia financeira, acesso ao mercado, empreendedorismo)	3.1.1. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em empreendedorismo	OIT					31,745
	3.1.2. Sessão de formação de formadores para agregadores e intermediários em literacia financeira	OIT					27,295
	3.1.3. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em literacia digital	OIT					15,290
	3.1.4. Sessão de Formação de Formadores para agregadores e intermediários em gestão de empresas	OIT					15,290

40%

	3.1.5. Sessão de formação de formadores para agregadores em intermediários em serviços de desenvolvimento de empresas	OIT						7,106	
3.2. Capacidade de construção entre empresas informais para melhorar a produtividade, o acesso ao mercado, a literacia financeira, a gestão das empresas e as competências empresariais	3.2.1. Formação em tecnologia digital utilizada para melhorar a produtividade e o acesso ao mercado	OIT						39,566	
	3.2.2. Formação em literacia financeira para desenvolver competências de gestão eficientes e melhorar o acesso a serviços financeiros para empresas informais	OIT						87,027	
	3.2.3. Formação em gestão de comercialização, serviços de desenvolvimento de empresas	OIT						37,916	
	3.2.4. Formação em empreendedorismo	OIT						37,916	
3.3. Prestação de Prémios de Desafio à Inovação às incubadoras e aceleradores para apoiar o crescimento e o aumento das empresas que desenvolvem inovações digitais que beneficiam o sector informal (foco especial em soluções que abordam o impacto do Covid-19)	3.3.1. Oferta de Prémios Innovation Challenge	PNUD						250,000	
	3.3.2. Apoio técnico e operacional aos vencedores/premiados para desenvolver novas soluções e serviços financeiros inovadores dirigidos às empresas informais.	PNUD						65,000	
3.4. Formação de organismos públicos estatísticos na recolha informal de dados do sector às agências governamentais competentes	3.4.1. Formação sobre a medição e recolha de dados informais do sector da recolha de dados às agências governamentais competentes	OIT						36,386	
SAÍDA TOTAL 3								650,537	29%
Dimensão: Ação coletiva sectorial									
Produção 4: Plataformas de ação coletiva sectorial criadas e operacionalizadas									
4.1. Criação de 1 plataforma de ação sectorial nos 6 países	4.1.1. Workshop de início com as partes interessadas para introduzir a plataforma de ação sectorial, identificar os mecanismos existentes para os	PNUD						17,129	

e prestação de apoio operacional	desenvolver e brainstorming intervenientes para envolver e possíveis papéis e responsabilidades						
	4.1.2. Apoio operacional da plataforma de ação sectorial (semestral)	PNUD					131,180
4.2. Apoio técnico e de investigação para desenvolver e implementar planos de ação coletiva da plataforma de ação sectorial	4.2.1. Apoio técnico à plataforma de ação sectorial para elaborar um plano de ação coletivo	PNUD					57,500
4.3. Concessão de subvenções para o desenvolvimento dos ecossistemas aos agregadores para colmatar as barreiras e lacunas identificadas no mapeamento	4.3.1. Conceder subsídios de desenvolvimento de ecossistemas aos agregadores para colmatar as barreiras e lacunas identificadas no mapeamento	PNUD					256,585
SAÍDA TOTAL 4							462,394
							21%
6.1. Apoio global ao projecto	6.1.1 Criar um comité de direção de Moçambique para o projecto e realizar reuniões anuais	PNUD					0
	6.1.2 Apoio global ao secretariado para as actividades do projecto	PNUD					0
TOTAL DO APOIO TOTAL AO PROJECTO							32,585
							0%
PROJECTO TOTAL							2,224,375
							100%

Obss: incluir no plano acção de formação sobre matérias de gestão pós colheita e boas técnicas de manuseamento e conservação de produtos no domínio da comercialização agrícola e o respectivo orçamento sendo o MIC(ICM,IP) como o implementador .

Tendo em conta que um dos pressupostos do projecto é a transformação da base estrutural produtiva informal no mundo rural, era importante considerar no plano actividade de monitoria da comercialização agrícola .

IX. GESTÃO DE RISCOS

1. Análise de Risco.

#	Descrição	Data Identificada	Tipo	Impacto & Impacto Probabilidade	Contramedidas / Resposta mgmt	Proprietário	Atualizado por	Última Atualização	Estado
	Introduza uma breve descrição do risco	Quando foi o risco identificado pela primeira vez	Meio-ambiente, Financeiro, Operacional, Organizativo, Político, Regulamentar, Estratégico, Outro	P = Introduzir probabilidade numa escala de 1 (baixo) a 5 (alto) I = Insira o impacto numa escala de 1 (baixo) a 5 (alto) As pontuações "P x I" ajudam a priorizar os riscos (mais alto a pontuação, maior a prioridade)	Que medidas foram tomadas/serão tomadas para gerir este risco	Quem foi nomeado para monitorizar este risco	Quem apresentou o risco	Quando foi o estado do risco verificado pela última vez	por exemplo, mortos, reduzindo, aumentando, sem mudança, outros
1	Falta de disponibilidade dos governos para se envolver em complexas questões da economia e mercados informais	Início do projecto	Operacional	P=2I=4 PxI=8	O risco é contínuo, e embora um certo risco possa ser antecipado, outros não podem ser. A presença do país do PNUD oferece oportunidade para enfrentar os riscos de implementação à medida que emergem (antecipados e imprevistos). O factor-chave de sucesso é a adaptabilidade, e a presença do país do PNUD é fundamental para isso. •A estreita parceria do PNUD com o Governo cria a oportunidade de utilizar ligações formais e informais para influenciar os compromissos governamentais.	PMU, CPCC, SPC	PMU	Fase de início do projecto - novembro de 2022	Agências governamentais totalmente a bordo e envolvidas

					•A supervisão rigorosa do projecto é a melhor estratégia de mitigação de riscos, que é a lógica da estrutura de governação proposta que inclui um comité de direcção do projecto (CPC) e uma comissão de coordenação de projectos do país (CPCC). O CPCC deve orientar a coordenação e implementação do projecto a nível nacional. No entanto, no caso de qualquer governo desenvolver uma atitude de não compra, o Comité Diretor do Projecto e o CPCC explorarão a reorientação da implementação da política ao abrigo da produção 1, nomeadamente incentivando os níveis subnacionais e locais do governo para obter o seu compromisso com o projecto. As nossas experiências passadas provaram-nos que estamos certos em muitos aspetos. •De um modo mais geral, a transferência de recursos e o calendário da implementação, sujeito à aprovação da estrutura do CDG, podem ser inscritos como medida adicional de mitigação de riscos.				
2	Falta de disponibilidade dos MSMEs informais para se empenhar na implementação do projecto	Início da fase de implementação do projecto	Operacional	P= 3 I=3 PxI=9	Envolvimento direto da economia informal e dos mercados das partes interessadas através de consultas, incluindo agregadores que são membros dos grupos beneficiários diretos alvo; em plataformas de ação a nível sectorial, os compromissos contribuirão para resolver questões e necessidades levantadas, tal como levantadas. •Além disso, a inclusão da associação empresarial informal na CDN promoverá o envolvimento de empresas informais na implementação do projecto e servirá de memória institucional e defenderá boas	PMU	PMU		

					práticas aos membros mesmo após o fim do ciclo de vida do projecto. A associação empresarial formal que também faz parte do CDN contribuirá para apoiar a ligação entre associações informais e formais e membros. Com base nas nossas experiências, estes são factores importantes de propriedade e sustentabilidade.				
3	Fracas capacidades técnicas dos beneficiários para discutir, compreender e envolver-se com empresas do sector privado informais	Início da fase de implementação do projecto	Operacional	P=2 I=2 PxI=4	Actividades de capacitação dirigidas a agregadores e intermediários especificamente, que por definição já interagem com empresas informais, e que serão capacitados ainda mais para melhorar a qualidade do apoio que já prestam.	PMU	PMU		
4	Falta de sustentabilidade do projecto após os seus 4 anos de funcionamento	Durante a fase de implementação do projecto	Operacional Político Estratégico	P=3 I=3 PxI=9	A inclusão de intervenientes formais e informais do sector privado no CDN é um elemento importante de sustentabilidade. • A criação de pontos de entrada do Governo, incluindo o MIC, são fundamentais para a sustentabilidade. A presença do PNUD e a relação forte existente com o Governo atenderão a estas necessidades. • Os intermediários do sector informal como associações, agregadores e incubadoras serão utilizados como veículos para implementar o projecto e serão fundamentais para a construção da capacidade nacional e a promoção da propriedade – ambos factor crítico de sucesso para a sustentabilidade. • A nível sectorial, o objetivo da utilização da Plataforma de Ação é	PMU, CPCC, SPC	PMU		

					aumentar a capacidade e fomentar a propriedade. Esta ação coletiva é o instrumento mais forte de sustentabilidade.				
5	Falta de participação do governo no envolvimento no desenvolvimento de uma Agenda Nacional de Formalização	Projecto Incepção	Político, Regulamentar, Estratégico,	P=3 I=2 PxI=6	Adaptação da componente 1 do projecto para se adaptar às intenções do governo e aos esforços contínuos (políticas ou legislação) em matéria de informalidade	PMU, CPCC, SPC	PMU		
6	Falta de alinhamento e coordenação entre os níveis Global e Nacional	Ao longo do projecto de criação e implementação	Estratégico Operacional Organizacional	P=2 I=3 PxI=6	Comunicação e elaboração estreitas para garantir um acordo sobre modalidades de implementação entre os parceiros de implementação a nível global e nacional (Moçambique).	PMU	PMU	Fase de início do projecto - novembro de 2022	Níveis globais e nacionais do alinhamento pmu e coordenação estreita
7	Falta de alinhamento e coordenação entre diferentes parceiros de implementação	Ao longo do projecto de criação e implementação	Estratégico Operacional Organizacional	P=3 I=3 PxI=9	Comunicação e colaboração estreita para assegurar a gestão conjunta do projecto e a complementariedade de actividades e modalidades de implementação entre os parceiros de implementação	PMU	PMU	Fase de início do projecto - novembro de 2022	